

1. Contexto operacional

A Concessionária SRE-IP Vila Velha SPE S.A. (“Companhia ou Concessionária”), é uma companhia de ações de capital fechada, Sociedade de Propósito Específico (SPE), com sede na Rua Castelândia, nº 251, Bairro Cobilândia, Cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.111-310, que iniciou suas atividades em 15 de setembro de 2020. Todos os seus organizadores que representam a totalidade do capital social (Nota Explicativa nº 18), estão demonstrados a seguir:

Splice Indústria Comércio e Serviços Ltda.: pessoa jurídica com sede à Av. Juscelino K. de Oliveira, nº 154 – Blocos A, B, C – Bairro Lageado – Votorantim/SP, CEP.: 18.110-901, inscrita no CNPJ sob o nº 6.965.293/0001-28 e com participação acionária de 70,87%;

RT Energia e Serviços Ltda.: pessoa jurídica com sede à Rua José Coppio, nº 110 – Santo Antonio – Lorena – SP, CEP 12.608-635, inscrita no CNPJ sob o nº 11.091.314/0001-63 e com participação acionária de 12,29%; e

Engelmig Energia Ltda.: pessoa jurídica com sede à Av. Dr. Jorge Hannas, s/n – Bairro Ponte da Aldeia – Manhuaçu – MG, CEP 36.906-440, inscrita nº CNPJ sob o nº 21.066.139/0001-08 e com participação acionária de 16,84%.

A Companhia tem por objeto exclusivo, sob o regime de Parceria Público-Privada (PPP) com o Município de Vila Velha/ES, na modalidade de concessão administrativa, realizar a prestação de serviços de iluminação pública, abrangendo a implantação, instalação, a recuperação, a modernização, o melhoramento, a eficientização, a expansão, a operação e a manutenção da rede municipal de iluminação pública do Município de Vila Velha, conforme o Edital de Concorrência Pública nº 010/2020 (“Edital”) e o Contrato de Concessão Administrativa pertinente (“Contrato de Concessão”) junto à Prefeitura de Vila Velha/ES, enquadrando-se em Sociedade de Propósito Específico (SPE).

O prazo de duração da Companhia é indeterminado, observado o prazo suficiente para o cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

Contratação mensal – sistema de pagamento: A contratação mensal efetiva e o bônus sobre a conta de energia são calculados com base em índice de desempenho (ID) e fator de modernização (FME).

Período	FME
Período anterior ao cumprimento ao 1º marco	38%
Período subsequente ao cumprimento do 1º marco	75%
Período subsequente ao cumprimento do 2º marco	100%

- Na hipótese do não envio ou do envio parcial do relatório trimestral de indicadores pela Concessionária nos prazos delimitados, o fator de desempenho utilizado no cálculo da contraprestação mensal efetiva, será equivalente a 80%, até que o envio do relatório seja regularizado, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais previstas para esta hipótese. A movimentação do ativo de contrato está na Nota Explicativa nº 11.
- A Concessionária SRE-IP Vila Velha SPE S/A., visando resguardar direitos oriundos do contrato no 214/2020 firmado com o Município de Vila Velha – ES, com a finalidade de prestação dos serviços de iluminação pública, instaurou no dia 27 de outubro de 2023 procedimento arbitral perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Cindes/Findes. Respectivo procedimento encontra-se em curso.

a) Plano da administração de liquidez e fluxo de caixa da Companhia

A Concessionária vem cumprindo para com suas obrigações contratuais, tanto é que entregou as primeiras etapas do Plano de Investimentos, cumprindo os dois marcos legais de modernização e eficientização determinados dentro do seu Plano de Negócios. O resultado de tal cumprimento superou as expectativas contratuais com a redução da carga instalada em mais de 63%, gerando assim uma economia real para além do esperado ao Município, com a redução efetiva da conta de energia elétrica perante a Distribuidora.

Com a utilização de recursos de longo prazo obtidos junto ao BNDES, ao Bandes e ao Banestes, a Concessionária conseguiu uma estrutura de captação de longo prazo adequada para cumprir seus objetivos de gestão do caixa e complementação da modernização e efficientização. Entretanto, em função de descumprimentos contratuais por parte da Administração Pública Municipal, relacionados principalmente a ausências de pagamentos, a Concessionária se viu obrigada a instaurar em outubro de 2023 perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Cindes/Findes procedimento arbitral, visando resguardar seus direitos.

Diante de tal cenário, a Concessionária tem sofrido uma redução de seus recursos líquidos que estão sendo supridos por aportes dos acionistas até que haja uma solução definitiva, no procedimento mencionado acima, ainda em curso.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas de acordo com práticas contábeis adotados no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 03 de abril de 2025.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia.

Todas as informações contábeis apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo para fins de divulgação.

3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação.

Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota Explicativa nº 24 – Instrumentos financeiros.**

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes adiante têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

4.1. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando eles forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e

ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não são recuperáveis, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possam ser razoavelmente estimados.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for

(i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios,

(ii) mantido para negociação, ou

(iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes aos valores contábeis reconhecidas na demonstração do resultado.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

4.2. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os ativos construídos pela própria Companhia incluem custo de materiais alocados ao custo do imobilizado construído.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado.

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos futuros incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de item do imobilizado, conforme as taxas mencionadas adiante, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis e as taxas de depreciação estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil em anos	% - Depreciação por ano
Veículos	05 anos	20%
Computadores e periféricos	05 anos	20%

4.3. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder ao direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

ii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

iii) Gastos subsequentes

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

iv) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão (sempre que necessário atualizada), desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Softwares	05 anos
-----------	---------

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

4.4 Redução ao valor recuperável (impairment)

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução do valor recuperável de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

4.5. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é valorizado pelo custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

4.6. Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

4.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

i) Provisão de manutenção – Contrato de Concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

4.8. Receita operacional

i) Receita de serviços manutenção

A receita operacional sobre os serviços de modernização e manutenção de iluminação é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. De acordo com o contrato do cliente e os conceitos do CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*over time*), conforme a satisfação ou não das denominadas “obrigações de performance contratuais”.

A apropriação da receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas: **(i)** identificação do contrato; **(ii)** identificação das obrigações de desempenho; **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e **(v)** reconhecimento da receita. A Companhia efetua mensalmente em conta segregada, a provisão de valores de receitas a faturar (e em contrapartida clientes a faturar), conforme contrato de concessão. Também é feita provisão dos impostos PIS e COFINS sobre a receita a faturar. Quando a nota é efetivamente emitida, é feita reversão da provisão e efetuado a contabilização do documento fiscal.

4.9. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente juros sobre rendimentos de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivo. As despesas financeiras abrangem basicamente despesas bancárias e juros passivos.

4.10. Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual (regime lucro real).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuições sociais correntes e diferidas. Os impostos e contribuições correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício e não temos benefícios tributários.

4.11. Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A mensuração do imposto de renda diferido reflete as consequências tributárias que seguiram a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações contábeis, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas foram revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

4.12. Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16/CPC 06 – Arrendamentos estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor, a movimentação está na Nota Explicativa nº 12.

A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

4.13 Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado de acordo com o artigo 187 – inciso VII da Lei no 6404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado, o lucro líquido ou prejuízo do exercício e o seu montante por ação do capital social.

5. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável ao CPC que serão adotados pela Empresa:

Normativo	Destaques	Avaliação da Administração
IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	As alterações estabelecem novos requisitos de divulgação das operações de financiamento com fornecedores, o chamado “risco sacado”.	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis / IFRS Practice Statements 2	Novos requisitos para a classificação como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Também, conforme as emendas, apenas covenants cujo cumprimento seja obrigatório antes do final do período de reporte devem afetar a classificação do passivo entre circulante ou não circulante.	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
IFRS16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos	As alterações estabelecem requisitos de reconhecimento e mensuração em operações de Sale and leaseback.	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A seguir, estão listadas as principais alterações em normas contábeis que, na avaliação da Administração, poderão eventualmente gerar impacto em divulgações de períodos subsequentes da Companhia:

Pronunciamento	Emissão	Destaques	Vigência
IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	Agosto de 2023	As modificações implementadas preveem a aplicação de abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser convertida por outra moeda, além de novas orientações quanto à mensuração e divulgação em contextos nos quais a moeda não seja considerada conversível. A Companhia está avaliando eventuais impactos decorrentes destas emendas, cuja adoção é requerida para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025
IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements	Abril de 2024	A norma busca endereçar demandas de investidores por informações mais relevantes e comparáveis divulgadas nas demonstrações contábeis das entidades. A IFRS 18 introduz alterações nas demonstrações de resultado com três novas categorias de receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - dois subtotais obrigatórios, e alterações no agrupamento de saldos. Além disso, traz a obrigatoriedade de divulgações em nota explicativa sobre medidas de desempenho definidas pela Administração, alterações na demonstração dos fluxos de caixa e novos requisitos de apresentação de despesas por natureza ou função. A Companhia está atualmente em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Dezembro de 2024	A orientação tem como objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação a serem observados pelas entidades na origem ou negociação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização. Além disso, trata de eventuais passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas. A Companhia está atualmente em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção desta orientação.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Além destas, a Companhia não prevê que existam outras normas ou alterações de normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto material sobre as demonstrações contábeis.

A Companhia também não adotou antecipadamente nenhuma norma. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Conta corrente	298	45
Aplicações financeiras (i)	450	2
Total	748	47

(i) A aplicação financeira é da modalidade CDB e é atualizada pelo CDI com a taxa de 5% ao ano.

7. Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber é distribuída como segue:

	2024	2023
Receita incorrida e não faturada	11.345	6.278
Total	11.345	6.278

8. Tributos a recuperar

	2024	2023
PIS e COFINS (i)	2.380	2.317
IPI a recuperar	464	463
IRRF a recuperar	125	106
IRPJ saldo negativo	213	96
CSRF a recuperar	10	10
Total	3.192	2.992

Circulante	1.024	1.074
Não circulante	2.168	1.918

(i) Valores referente aos insumos na compra de materiais e prestação de serviços dando a origem aos créditos de PIS e Cofins, serão amortizados conforme as receitas operacionais forem acontecendo.

9. Estoque

	2024	2023
Material de reposição	1.653	1.233
Total	1.653	1.233

10. Imobilizado

	Computadores e periféricos	Veículos	Total
Custo			
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	146	309	455
Adições	5	-	5
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	151	309	460
Adições	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	151	309	460
Depreciação acumulada			
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	(53)	(108)	(161)
Depreciação no exercício (i)	(30)	(62)	(92)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	(83)	(170)	(253)
Depreciação no exercício (i)	(30)	(62)	(92)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	(113)	(232)	(345)
Valor líquido contábil			
Em 31 de dezembro de 2022	93	201	294
Em 31 de dezembro de 2023	67	139	207
Em 31 de dezembro de 2024	38	77	115

(i) A depreciação de computadores e veículos, é utilizada a taxa de depreciação de 20% ao ano, conforme Nota Explicativa nº 4.2.

11. Ativos de contrato de concessão de serviços

Os ativos de contrato de concessão de serviços são os equipamentos, a mão-de-obra e gastos gerais conforme o contrato de concessão. E o concessionário deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. O contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante a vigência de 20 anos desse contrato de prestação de serviço. A natureza de remuneração paga pela concedente ao concessionário deve ser determinada de acordo com os termos do contrato e a contrapartida determina a contabilização que deve ser classificado como ativo de contrato durante o período de melhorias.

Ativo de Contrato – Ativo não Circulante	2024	2023
Bens reversíveis	33.940	32.570
Mão de obra	3.710	3.407
Gastos gerais	6.289	5.881
(-) Amortização custo do contrato de concessão	(11.673)	(7.386)
Total	32.265	34.471

Segue movimentação dos ativos de contrato de concessão:

Movimentação	Bens reversíveis equipamentos	Mão de obra	Gastos gerais	Total
Saldo em 31/12/2022	28.696	3.630	3.665	35.991
Adições	1.635	298	597	2.530
(-) Amortização custo do contrato de concessão	(2.527)	(807)	(716)	(4.050)
Saldo em 31/12/2023	27.804	3.121	3.546	34.471
Adições	1.370	303	408	2.081
(-) Amortização custo do contrato de concessão	(3.315)	(357)	(615)	(4.287)
Saldo em 31/12/2024	25.859	3.067	3.339	32.265

12. Direito de uso

A Companhia efetua arrendamento de imóveis conforme requerido nos contratos de licitação. Onde o prazo de vida útil utilizado para a o cálculo de depreciação está em linha com a expectativa de renovação dos contratos, considerando no máximo 05 anos para a sua realização. A seguir, a movimentação na adoção do CPC 06 (R2).

	Imóveis
Saldo final em 31/12/2022	1.119
Amortização	(63)
Saldo final em 31/12/2023	1.056
Amortização	(63)
Saldo final em 31/12/2024	993

12.1. Passivo de arrendamento mercantil

Saldo final em 31/12/2022	1.159
Pagamentos principal	(47)
Pagamentos juros	(42)
Juros apropriados	42
Saldo final em 31/12/2023	1.112
Pagamentos principal	(49)
Pagamento juros	(40)
Juros apropriados	40
Saldo final em 31/12/2024	1.063
Circulante	50
Não circulante	1.013

13. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores nacionais	848	671
Total	848	671

14. Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos empréstimos e financiamentos

Modalidade	Instituição	Encargos financeiros média anual	Captação	Vencimento	2024	2023
Financiamento (c)	BNDES	5,23%+1,10%	24/10/2022	15/03/2032	15.507	17.643
Limite Garantia	Banestes	8,99%	14/04/2023	15/05/2025	822	2.430
Total					16.329	20.073
Circulante					2.996	4.606
Não circulante					13.333	15.467

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Saldo 2023	Captações	Atualização monetária e juros	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo 2024
Financiamento BNDES (i)	17.643	-	1.078	(2.134)	(1.080)	15.507
Banestes	2.430	-	278	(1.638)	(248)	822
Total	20.073	-	1.356	(3.772)	(1.328)	16.329

	Saldo 2022	Captações	Atualização monetária e juros	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo 2023
Limite garantia - Banestes	1.773	1.159	352	(2.933)	(351)	-
Financiamento BNDES (i)	19.259	-	1.209	(1.600)	(1.225)	17.643
Banestes	-	3.054	390	(855)	(159)	2.430
Total	21.032	4.213	1.951	(5.388)	(1.735)	20.073

(i) Empréstimo obtido junto ao BNDES na modalidade capital de giro, é destinado a modernização e eficiência da rede municipal de iluminação pública do município de Vila Velha, no Espírito Santo.

A seguir, a memória de cálculo dos índices:

EBITDA	2024	2023
Prejuízo do exercício	(8.118)	(8.922)
(+) Resultado financeiro	4.539	4.303
(+) Depreciação e amortização	155	155
(=) EBITDA	(3.424)	(4.464)
(+) Amortização ativo contrato ¹	4.286	4.050
(=) EBITDA Ajustado	862	(414)

	2024	2023
(A) Geração operacional de Caixa (GOC)		
(=) EBITDA Ajustado	862	(414)
(-) Imposto de renda pago	-	-
(-) Contribuição social pago	-	-
(=) GOC	862	(414)

(B) Serviço da dívida (SD)		
(+) Amortização principal empréstimos	2.134	1.600
(+) Pagamento de Juros empréstimos	1.080	1.225
(+) Amortização principal arrendamento	49	47
(+) Pagamento de Juros arrendamento	40	42
(=) SD ²	3.303	2.914
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) = (A)/(B)=ou > 1,30	0,26	(0,14)

ICP (Índice de capital próprio) = ou > 0,20	2024	2023
Total aporte	46.703	15.000
Saldo financiamento	16.329	20.073
Saldo arrendamento	1.063	1.113
Somatório dos recursos	64.095	36.186
ICP	0,73	0,41

¹ Amortização ativo de contrato conforme prazo do contrato da concessão.

² O montante de R\$ 3.214, foi liquidado com recursos próprios.

As principais cláusulas restritivas do contrato do financiamento com BNDES descritos acima são as seguintes:

- Quando o ICSD for igual ou superior a 1,30 a Cliente poderá distribuir recursos independentemente de anuência previa;
- Quando o ICSD for inferior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) e igual ou superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), a CLIENTE poderá distribuir até 25% (vinte e cinco por cento) do resultado, independentemente de anuência prévia;
- Quando o ICSD for inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), fica vedada a distribuição de resultados pela CLIENTE, sem prévia anuência do BNDES;
- Em qualquer das hipóteses anteriores deverá ser observado o ICP igual ou superior a 0,20;
- Em qualquer das hipóteses anteriores, o BNDES deverá ser comunicado previamente.

Os covenants financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para os exercícios findos em janeiro a dezembro de cada ano, conforme obrigações contratuais. A Companhia não atingiu o índice de ICSD esperado ficando com 0,87 e o ICP atingiu o índice ficando com 0,42, conforme memória de cálculo acima para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

As condições do pagamento de empréstimos de capital de giro são:

- a) Carência principal 6 meses os juros serão pagos em 4 parcelas trimestrais e sucessivas;
- b) Carência principal 6 meses os juros serão pagos mensalmente; e
- c) Carência principal 6 meses os juros serão pagos mensalmente.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as parcelas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2024	2023
2024	-	2.133
2025	2.133	2.134
2026 a 2032	11.200	11.200
Total	13.333	15.467

c) Cláusulas restritivas de contratos de empréstimos (“covenants”)

As cláusulas de covenants, mantidas nos contratos da Concessionária SRE-IP Vila Velha SPE S/A., relacionamos adiante as cláusulas dos contratos ativos, que resultem em vencimento antecipado das obrigações contratuais, se tiver a seguintes ocorrências

- A recusa, negativa ou ausência de constituição de toda e qualquer garantia, nas condições, prazos e valores solicitados e estipulados pelo BANCO, ainda que advenha de solicitação posterior da data de assinatura do instrumento;
- O pedido, decreto ou deferimento de recuperação judicial ou extrajudicial, de falência ou de autofalência, ou de intervenção ou de liquidação, ou a insolvência civil ou morte, ocorridas em quaisquer das hipóteses em jurisdição nacional e/ou internacional, bem como o início de processo de dissolução societária;
- A penhora de qualquer bem dado em garantia em execução promovida por outro credor;
- A apuração de falsidade ou inexatidão de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido prestada, firmada ou entregue pelo emitente ou pelos avalistas ou pelos terceiros garantidores ou por quaisquer de seus prepostos ou mandatários;
- A mora e/ou o inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária, não sanada em até 05 (cinco) dias do recebimento de notificação enviada à emitente neste sentido, e/ou obrigações pecuniárias, junto ao banco ou a qualquer das empresas integrantes do grupo econômico;
- Se, sem prévia e expressa anuência do banco, vierem a sofrer qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão;

- A ocorrência de comprovada mudança na situação econômica capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou;
- A realização de alienação, cessão, doação, contribuição ao capital social ou a transferência, por qualquer meio, de bens ativos ou direitos de sua propriedade que comprovadamente possam levar ao descumprimento de obrigações previstas no contrato;
- A existência de qualquer demanda judicial ou administrativa ou arbitral ou extrajudicial ou demanda análoga que, a critério do banco, possa colocar em risco a(s) garantia(s) eventualmente constituída(s) e o cumprimento de obrigações assumidas na CCB; e
- A não renovação, o cancelamento, a revogação ou a suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pelo emitente ou pelos avalistas ou pelos terceiros garantidores, que afete de forma significativa o regular exercício de suas atividades, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia estava adimplente com todas as cláusulas.

15. Obrigações tributárias

	2024	2023
IRRF a recolher	(4)	(5)
Tributos e contribuições a recolher	(7)	(8)
ISS a recolher	(10)	(6)
ICMS a recolher	(37)	(31)
Total	(58)	(50)

16. Impostos diferidos

	2024	2023
ISS diferido	-	(63)
PIS diferido	(187)	(103)
COFINS diferido	(862)	(430)
Total	(1.049)	(596)

Impostos diferidos sobre provisão de receitas a faturar, conforme Nota Explicativa nº 4.8.

17. Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas decorrem substancialmente de contratos de mútuos a pagar, com prazo indeterminado para pagamento, cujas condições são específicas e acordadas entre as partes, as atualizações monetárias seguem a taxa CDI mensal, conforme demonstrados a seguir:

a) Saldos partes relacionadas

	2024	2023
Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda.	2.228	14.765
Engelmig Energia Ltda.	611	2.614
RT Energia e Serviços Ltda	392	2.493
Total	3.231	19.872
Despesas financeiras - Variação monetária (Nota Explicativa nº 21)		
Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda.	1.705	1.331
RT Energia e Serviços Ltda	296	222
Engelmig Energia Ltda.	351	162
Total	2.352	1.715

b) Movimentação partes relacionadas

Movimentação	2023	Captação	Atualização	Transf. aporte Capital	2024
Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda	14.765	8.658	1.705	(22.900)	2.228
Engelmig Energia Ltda	2.614	2.508	351	(4.862)	611
RT Energia e Serviços Ltda.	2.493	1.544	296	(3.941)	392
Total	19.872	12.710	2.352	(31.703)	3.231

Movimentação	2022	Captação	Atualização	2023
Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda	7.736	5.718	1.311	14.765
Engelmig Energia Ltda	764	1.668	182	2.614
RT Energia e Serviços Ltda.	1.294	977	222	2.493
Total	9.794	8.363	1.715	19.872

18. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de outubro de 2024 conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, e Consolidação do Estatuto Social da Companhia, houve aumento de capital social, no valor de R\$ 31.703, passando de R\$ 15.000 para R\$ 46.703 (R\$ 15.000 em 2023) totalmente subscrito e integralizado, representado por 46.703.000 (15.000 em 2023) quotas de ações ordinárias nominativas no valor de R\$1,00 cada. Foram transferidos valores de mútuos com os acionistas, para o aumento de capital, conforme demonstrado no quadro da Nota Explicativa nº 17.

O capital é representado da seguinte forma:

Acionistas	Participação		Nº por lote de mil ações	
	2024	2023	2024	2023
Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda.	70,87%	68,00%	33.100	10.200
Engelmig Energia Ltda.	16,84%	20,00%	7.862	3.000
RT Energia e Serviços Ltda.	12,29%	12,00%	5.741	1.800
Total	100%	100%	46.703	15.000

b) Reserva legal

Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzido à parcela de 5% para a constituição da reserva legal, e não excederá a 20% do capital social.

c) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos conforme o contrato de concessão, ficara condicionada aos limites fixados pela Lei nº .404/76, quer quantitativamente, quer quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do Art. 202 da mesma lei.

19. Receitas operacional líquida

	2024	2023
Receita de prestação de serviços iluminação	2.435	2.612
Receita de prestação de serviços iluminação a faturar	5.067	5.009
Total de receita bruta	7.502	7.621
PIS/COFINS	(225)	(242)
ISS	(122)	(129)
Impostos diferidos	(453)	(416)
IPI	-	(2)
ICMS	-	(2)
Total da receita operacional líquida	6.702	6.830

20. Custo de manutenção e amortização de contrato

	2024	2023
Custo amortização ativo de contrato (i)	(4.286)	(4.050)
Gastos com manutenção	(3.830)	(3.233)
Total	(8.116)	(7.283)

(i) Custo orçado que é atualizado pelo prazo do contrato de concessão 20 anos e calculado pelo percentual dos marcos (cronograma) estipulado.

21. Provisão para manutenção – contrato de concessão

A Companhia constituiu provisão para manutenção tendo objetivo de mensurar o passivo com a melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Passivo – Provisão para Manutenção	2024	2023
Saldo Inicial	3.200	-
Provisão	4.360	3.200
Reversão	(3.830)	-
Saldo Final	3.730	3.200

Resultado - Custo	2024	2023
Provisão para manutenção	4.360	3.200
Reversão de provisão de manutenção	(3.830)	-
Total	530	3.200

22. Despesas administrativas e comerciais

	2024	2023
Serviços Terceiros	(477)	(253)
Consultoria	(389)	(20)
Advogados	(327)	(148)
Depreciações	(155)	(155)
Viagens	(131)	(158)
Manutenção de Instalações	(65)	(83)
Impostos/Taxas/Associações	(33)	(38)
Auditoria	(26)	(21)
Provisão para riscos	18	(56)
Processos trabalhistas	(19)	-
Despesas com Informática	(16)	(15)
Taxas e Associações de Classes	(6)	(9)
Materiais de escritórios	(4)	(5)
Outros	(5)	(5)
Total	(1.635)	(966)

23. Resultado financeiro

	2024	2023
Receita financeira		
Descontos obtidos	3	1
Variação monetária ativa	20	59
Total	23	60
Despesas financeiras		
Juros empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 14)	(1.356)	(1.951)
Despesas arrendamento mercantil (Nota Explicativa nº 12.1)	(40)	(42)
Variação monetária partes relacionadas (Nota Explicativa nº 17)	(2.352)	(1.715)
Taxa Administrativa	(732)	(574)
Despesas bancárias	(74)	(75)
Juros Passivos	(8)	(6)
Total	(4.562)	(4.363)
Resultado financeiro	(4.539)	(4.303)

24. Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento de risco

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Estrutura do gerenciamento de risco

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia não tem política de contratar instrumentos financeiros derivativos no gerenciamento desses riscos.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis é a seguinte:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6)	298	45
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 6)	450	2
Contas a receber (Nota Explicativa nº 7)	11.345	6.278
Total	12.093	6.325

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

	2024	2023
Fornecedores (Nota Explicativa nº 13)	848	671
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 14)	16.329	20.073
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 17)	3.231	19.872
Total	20.408	40.616

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, como taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

b) Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa de valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos estão classificados conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas a seguir:

	2024		
	Valor justo	Ativo financeiro ao custo amortizado	Passivo financeiro ao custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	298	-	-
Aplicações financeiras	450	-	-
Contas a receber	11.345	-	-
Total do ativos financeiros	12.093	-	-
Fornecedores	-	-	848
Empréstimos e financiamentos	-	-	16.329
Partes relacionadas	-	-	3.231
Total dos passivos financeiros	-	-	20.408

	2023		
	Valor justo	Ativo financeiro ao custo amortizado	Passivo financeiro ao custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	45	-	-
Aplicações financeiras	2	-	-
Contas a receber	6.278	-	-
Total do ativos financeiros	6.325	-	-
Fornecedores	-	-	671
Empréstimos e financiamentos	-	-	20.073
Partes relacionadas	-	-	19.872
Total dos passivos financeiros	-	-	40.616

Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de análise de sensibilidade para riscos de taxa de juros, analisa a sua exposição à flutuação da CDI, taxa flutuante a qual estão indexadas às operações de empréstimos. As taxas de juros não sofreram alterações nesses cenários.

Para a análise de sensibilidade das taxas de juros sobre os empréstimos, a administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de juros flutuante utilizada para apuração nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, da taxa de juros no cenário atual.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro adiante consistiu em substituir a taxa de juros de fechamento utilizada para fins de registro contábil pelas taxas estressadas conforme cenários adiante. A tabela adiante demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações:

Cenário da exposição	Empréstimos e financiamentos		
	Saldo em 2024	Taxa	Efeito
50% de apreciação da taxa	16.329	3,72%	607
25% de apreciação da taxa	16.329	1,86%	304
Cenário atual	16.329	0,00%	-
25% de desvalorização da taxa	16.329	(1,86%)	304
50% de desvalorização da taxa	16.329	(3,72%)	607

Cenário da exposição	Empréstimos e financiamentos		
	Saldo em 2023	Taxa	Efeito
50% de apreciação da taxa	20.073	3,72%	747
25% de apreciação da taxa	20.073	1,86%	373
Cenário atual	20.073	0,00%	-
25% de desvalorização da taxa	20.073	(1,86%)	(373)
50% de desvalorização da taxa	20.073	(3,72%)	(747)

Cenário da exposição	Aplicação financeira		
	Saldo em 2024	Taxa	Efeito
50% de apreciação da taxa	450	3,72%	17
25% de apreciação da taxa	450	1,86%	8
Cenário atual	450	0,00%	-
25% de desvalorização da taxa	450	(1,86%)	(8)
50% de desvalorização da taxa	450	(3,72%)	(17)

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. Para este fim, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os níveis demonstrados adiante, observando a importância e relevância dos inputs usados para a mensuração do valor justo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas significativas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) a Companhia aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia.

Para os empréstimos e financiamentos a Companhia entende que o valor justo corresponde ao seu valor contábil. Eles foram contabilizados pelos valores originais contratados e os juros são contabilizados mensalmente. Por fim, em sua maioria, são representados por operações cuja liquidação pode ser efetuada a qualquer momento (a critério da Companhia) pelo valor contábil e sem ônus.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

2024	Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado						
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Valor justo das demais categoria	Valor justo	Valor contábil
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	298	-	-	298	-	298	298
Contas a receber	11.345	-	-	11.345	-	11.345	11.345
Aplicações financeiras	450	-	-	450	-	450	450
Total	12.093	-	-	12.093	-	12.093	12.093
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	16.329	16.329	16.329
Partes relacionadas	-	-	-	-	3.231	3.231	3.231
Fornecedores	-	-	-	-	848	848	848
Total	-	-	-	-	20.408	20.408	20.408

2023	Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado						
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Valor justo das demais categoria	Valor justo	Valor contábil
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	45	-	-	45	-	45	45
Contas a receber	6.278	-	-	6.278	-	6.278	6.278
Aplicações financeiras	2	-	-	2	-	2	2
Total	6.325	-	-	6.325	-	6.325	6.325
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	20.073	20.073	20.073
Partes relacionadas	-	-	-	-	19.872	19.872	19.872
Fornecedores	-	-	-	-	671	671	671
Total	-	-	-	-	40.616	40.616	40.616

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros foram determinados conforme descrito a seguir:

- As disponibilidades em conta corrente têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis;
- As aplicações financeiras apresentadas acima tratam de fundo de investimento em cotas de Fundos de Investimento (FIs) renda fixa longo prazo crédito privado. Sua política de investimento determina aplicar em cotas de FIs que apresentem carteira composta, isolada ou cumulativamente, por títulos públicos federais ou títulos privados, de qualquer espectro de risco de crédito, pré-fixados ou pós-fixados, cotas de fundos de investimento, cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e operações compromissadas mantendo, no mínimo, 80% do seu PL relacionados à taxa de juros doméstica, a índices de preços ou ambos, excluindo-se estratégias que impliquem em assunção de risco de oscilações de moeda estrangeira e de ações;
- Para as operações de empréstimos e financiamentos, a administração concluiu que os saldos reconhecidos contabilmente refletem preponderantemente o valor justo, uma vez que a remuneração dessas operações se aproxima significativamente da taxa de desconto que seria utilizada para descontar os fluxos futuros de pagamentos a valor presente. Além disso, os empréstimos e financiamentos foram contabilizados pelos valores originais contratados e os juros são contabilizados mensalmente. Por fim, em sua maioria, são representados por operações indexadas à flutuação do CDI taxa que seria utilizada para trazer a valor presente os valores futuros das amortizações, ademais sua liquidação pode ser efetuada a qualquer momento (a critério da Companhia) pelo valor contábil e sem ônus.

25. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia mantém cobertura de seguros para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades operacionais e cível e Garantia de Contrato de Concessão. Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade cível e operacional	27.786
Seguro Garantia de Contrato de Concessão	19.899

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza e peculiaridade, não foram auditadas por nossos auditores independentes.

26. Transações que não afetam caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	2024	2023
Aumento de capital		
Capital social (Nota Explicativa nº 18.a)	31.703	-
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 17.b)	(31.703)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	-	-

27. Provisões para contingência

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita aos processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista e civil. A Administração apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de estimativa para perdas contingentes. Com base na análise da opinião dos seus advogados, a Administração constituiu estimativa para perdas contingentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme abaixo:

Perda provável

Natureza trabalhista	2024	2023
Saldo Inicial	55	-
Provisão /reversão	(17)	55
Saldo final	38	55

* * *

Antonio Roberto Beldi

Diretor

Edivaldo Ferreira Portela

Contador CRC 1SP128744/O-3